

Marcos Paulo de Souza Miranda

Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro

EDITORA


Belo Horizonte - MG

2021

Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro

© 2021 Marcos Paulo de Souza Miranda

3i Editora Ltda

Tel: (31) 3335-6085 - 99642-6085 

contato@3ieditora.com.br

Imagem da capa: Profetas de Aleijadinho. Fotografia de Sandoval Souza Pinto Filho, Congonhas - MG

Todos os direitos desta edição são reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida, por qualquer processo, sem a permissão expressa do autor.

E-mail do autor: souza.miranda@terra.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Miranda, Marcos Paulo de Souza

M672i Introdução ao Direito do Patrimônio Cultural Brasileiro / Marcos Paulo de Souza Miranda. – Belo Horizonte: 3i Editora, 2021.

320 p.

ISBN: 978-65-88696-16-3

1. Patrimônio cultural - Brasil. 2. Patrimônio cultural - natureza jurídica. I. Título.

CDU 351.853(81)

Elaborada por Rinaldo de Moura Faria

CRB-6 nº 1006

Sumário

1. O Direito do Patrimônio Cultural.....	21
2. Tutela constitucional do patrimônio cultural.....	29
1. Disciplina constitucional na Carta Magna de 1988.....	29
a. Consolidação da expressão “patrimônio cultural”.....	33
b. Alargamento do rol dos bens integrantes do patrimônio cultural	34
c. Alargamento do rol dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural.....	35
d. Corresponsabilização de todos os cidadãos e entidades públicas e privadas pela defesa e valorização dos bens culturais.....	36
2. Reflexos jurídicos decorrentes da constitucionalização.....	37
3. Divisão de competências.....	39
a. Competências administrativas.....	40
b. Competências legislativas.....	42
3. Natureza jurídica do direito ao patrimônio cultural.....	49
1. O direito humano ao patrimônio cultural.....	49
2. O direito fundamental ao patrimônio cultural	51
3. O patrimônio cultural como uma das dimensões do meio ambiente	54
4. O patrimônio cultural como direito difuso, indisponível e intergeracional.....	57
4. Princípios informadores da tutela do patrimônio cultural..	61
4.1. A importância dos princípios.....	61
4.2. Princípios em espécie.....	62
a) Princípio da proteção	63
b) Princípio da prevenção	64

c)	Princípio da precaução.....	66
d)	Princípio da responsabilização	67
e)	Princípio da solidariedade intergeracional	68
f)	Princípio do limite	69
g)	Princípio do equilíbrio.....	70
h)	Princípio da não taxatividade dos instrumentos de proteção.....	71
i)	Princípio da seletividade.....	72
j)	Princípio da graduabilidade	73
k)	Princípio da função sociocultural da propriedade.....	74
l)	Princípio da fruição coletiva	75
m)	Princípio da conservação <i>in situ</i>	76
n)	Princípio da justa distribuição de ônus e bônus.....	78
o)	Princípio da participação comunitária	80
p)	Princípio da informação	82
q)	Princípio da cooperação internacional.....	82
r)	Princípio da neutralidade	84
s)	Princípio da educação patrimonial	85
5.	Abrangência, seleção e natureza jurídica dos bens culturais	87
a.	Introdução.....	87
b.	A seleção de bens culturais	88
c.	Natureza jurídica.....	93
6.	Bens culturais em espécie.....	101
a.	Patrimônio agrário.....	102
b.	Patrimônio arqueológico	102
c.	Patrimônio arquitetônico	104
d.	Patrimônio arquivístico.....	105
e.	Patrimônio artístico	106
f.	Patrimônio bibliográfico	107
g.	Patrimônio digital.....	108
h.	Patrimônio espeleológico.....	108

i.	Patrimônio etnográfico	110
j.	Patrimônio ferroviário	110
k.	Patrimônio geológico	110
l.	Patrimônio hidráulico	112
m.	Patrimônio histórico.....	113
n.	Patrimônio imaterial	113
o.	Patrimônio industrial.....	114
p.	Patrimônio museal.....	115
q.	Patrimônio paisagístico.....	116
r.	Patrimônio paleontológico	117
s.	Patrimônio quilombola	118
t.	Patrimônio religioso	119
u.	Patrimônio turístico	120
7.	Instrumentos de proteção do patrimônio cultural	121
a.	Ação Civil Pública.....	122
b.	Ação de Improbidade Administrativa.....	128
c.	Ação Penal.....	130
d.	Ação Popular	131
e.	Área de preservação permanente.....	136
f.	Audiência pública	136
g.	Chancela	139
h.	Desapropriação	139
i.	Direito de Preempção.....	141
j.	Educação Patrimonial	142
k.	Estudo de Impacto Ambiental.....	144
l.	Estudo de Impacto de Vizinhança	146
m.	Gestão documental	149
n.	Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros.....	151
o.	Inquérito Civil Público.....	154
p.	Inventário	157
q.	Legislação urbanística	160
r.	Participação popular.....	163
s.	Plano Diretor	166

t. Registro.....	168
u. Reserva legal	171
v. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta	171
w. Tombamento	173
1. Origem e conceituação.....	173
2. Livros do Tombo.....	174
3. Natureza jurídica da restrição sobre o bem tombado ...	174
4. Finalidade e objeto.....	176
5. Competência para tomar	178
6. Espécies.....	180
7. Processo de tombamento.....	186
8. Cancelamento.....	189
9. Efeitos	192
1. Em relação ao objeto	193
2. Em relação ao proprietário	194
3. Em relação ao Poder Público	197
4. Em relação à vizinhança	200
10. Tombamento e Indenização	203
11. Tombamento por lei	207
12. Controle judicial	209
x. Transferência do direito de construir	212
y. Unidades de Conservação.....	213
z. Vigilância	214
8. Tutela civil do patrimônio cultural	217
1. Considerações gerais	217
2. Responsabilidade objetiva, de natureza <i>propter rem</i>	219
3. Responsabilidade solidária	221
4. Prevenção de danos	222
5. Reparação integral	224
6. Regime probatório	225
7. Intervenção do Ministério Público	227
8. Dimensões do dano ao patrimônio cultural	229
9. As formas de reparação	231

1. Restauração.....	231
2. Indenização por danos materiais irreversíveis.....	232
3. Indenização por danos interinos e sociais.....	232
4. Indenização por danos morais coletivos.....	233
5. Restituição ou impedimento de obtenção de lucros ilícitos	234
10. Critérios para a quantificação dos danos	234
1. Danos materiais	235
2. Danos morais coletivos	236
9. Tutela penal do patrimônio cultural.....	239
1. O patrimônio cultural como bem jurídico penal protegido.....	239
2. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	246
3. Princípio da insignificância	249
4. Ação penal.....	250
5. Competência.....	251
6. Apreensão e destinação de produtos e instrumentos dos crimes	252
7. Prova pericial.....	253
8. Institutos despenalizadores e reparação do dano	257
9. Sentença penal condenatória.....	262
10. Crimes contra o patrimônio cultural tipificados na lei 9.605/98.....	263
1. Art. 62 – Destruição, inutilização ou deterioração de bem protegido	263
2. Art. 63 Alteração do aspecto ou estrutura de edificação protegida.....	268
3. Art. 64 – Promover construção em solo não edificável.....	273
4. Art. 65 – Pichação de edificação ou monumento urbano	277

10. Tutela administrativa do patrimônio cultural.....	283
1. Responsabilidade administrativa	283
2. O poder de polícia e os seus atributos.....	284
3. O exercício do poder de polícia em matéria de patrimônio cultural.....	288
4. Infrações e sanções administrativas	290
a. Considerações gerais sobre as infrações administrativas.....	290
b. Principais infrações administrativas previstas em âmbito federal.....	292
c. Breve análise das principais sanções administrativas ...	297
11. Bibliografia	301